

Marisa Peirano. *A favor da etnografia.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

Irene Maria F. Barbosa

Há muito tempo não aparecia na produção da Antropologia no Brasil uma preocupação tão oportuna com a etnografia como ocorre neste trabalho de Marisa Peirano, *A favor da etnografia*. Uma resenha a respeito de um trabalho com tal tratamento merece uma abordagem igualmente etnográfica; assim tentarei fazê-lo: a autora apresenta-nos uma obra composta por quatro capítulos e um posfácio, que, a princípio, parecem independentes e escritos em diferentes situações, mas que guardam uma relação decorrente da própria natureza do trabalho: o confronto de idéias à procura de uma superação, em um debate entre as diversas ciências sociais do ponto de vista da antropologia.

No primeiro capítulo, Marisa dialoga com Fábio Wanderley Reis que se mostra preocupado com o conjunturalismo que reina em recentes trabalhos de antropologia e reconhece na inspiração antropológica autores que se limitam ao imediatismo da experiência, aquém do estranhamento e da relativização, na tradição da disciplina.

Neste capítulo, Marisa reflete a respeito de como a pesquisa de campo na antropologia, fundada no confronto dos conceitos nativos com conceitos ocidentais, aponta para uma visão alternativa, segundo ela talvez mais genuína, da universalidade dos conceitos sociológicos. E, ainda, faz considerações a respeito do ensino da antropologia e da formação e do treinamento do antropólogo, da maneira própria de se vincular a teoria e a pesquisa de modo a favorecer novas descobertas. Num processo caracterizado por uma transmissão de conhecimento em que os autores que, depois de considerados ultrapassados e combatidos, são reincorporados a partir de nova releitura às novas reflexões, o que pode ser explicado como “culto aos ancestrais”.

Assim, o “conjunturalismo” ao qual Fábio Wanderley Reis se refere como que invadindo a antropologia brasileira é próprio apenas daqueles que não se prendem à tradição da disciplina.

Entre as conseqüências das observações feitas anteriormente, Marisa Peirano aponta que não há como ensinar a fazer pesquisa de campo, que o “treinamento metodológico se faz melhor quando acoplado às monografias clássicas ou aos cursos teóricos.” Que a antropologia não se reproduz por paradigmas estabelecidos, mas por determinada maneira de se vincular à teoria-e-pesquisa. E que, enquanto houver este vínculo de teoria e pesquisa conduzindo a uma nova reflexão teórica, não há lugar para crises.

É o segundo capítulo que vai dar nome ao livro – *A favor da etnografia* – a propósito da provocação deliberada. Um jovem e bem sucedido antropólogo australiano, Nicholas Thomas, publicou um artigo em revista americana de vanguarda, com o título *Contra a etnografia*. Este autor “insere-se no grupo pós-moderno com projeto político específico tornando-se um representante da rebeldia dentro do império” e se mostra preocupado e descontente com a maneira como os antropólogos têm estudado as sociedades coloniais.

Depois de apresentar os argumentos de Thomas, que diz não pretender “condenar toda a disciplina”, mas aponta problemas cruciais ao que considera o modelo canônico”, Marisa Peirano discute esta idéia perguntando : a que modelo canônico ele se refere?

O que Thomas critica é a tendência de tratar questões teóricas totalizantes a partir de eventos particulares. Assim, o canônico parece referir-se às experiências totalizadoras do exótico.

Marisa encontra em Malinowski e Evans-Pritchard os elementos para discutir esta questão, apontando que aquilo que é cobrado por Thomas já estava presente nestes autores, e que Malinowski, ao focalizar a co-autoria etnográfica, conserva os termos nativos, não por exotismo, mas para manter a fidelidade de uma categoria nativa diferente das categorias ocidentais; a argumentação é reforçada por Evans-Pritchard, com a antropologia comparativa, em que era um tradutor, utilizando terminologia ocidental; pretendia tratar de problemas ocidentais, mas para causar um *impacto* das categorias em seus leitores. O texto etnográfico era, assim, resultado da adequação da ambição universalista da disciplina com dados detectados em determinado contexto etnográfico, combinando a sensibilidade do etnógrafo com o aprendizado adquirido com a formação do pesquisador.

Quando Evans-Pritchard declara que “não tinha interesse por bruxaria, mas que os Azande tinham, (...)” deixa um depoimento em que fica claro o vínculo estreito da teoria com a pesquisa e que o avanço da teoria ocorre quando esses desafios são aceitos.

Marisa, ao relacionar as implicações deste pensamento de Evans-Pritchard como comparativo e não positivista, reconhecendo que apresenta uma visão diferente da de Geertz, para quem Evans-Pritchard é o vilão colonial, defende que um bom texto etnográfico foi sempre um experimento.

Ao identificar o interlocutor oculto de Thomas, pois, modelo canônico no seu sentido negativo, aparece representado pelas idéias de Radcliffe-Brown, cujo cientificismo se manteve influente na antropologia até que Evans-Pritchard afirmasse que a antropologia era mais arte que ciência.

Para Thomas, no entanto, Radcliffe-Brown também aparece como vilão, embora tenha inspirado novas propostas. Assim, há uma sugestão de “resgate” da comparação que “não deve ser positivista”. Marisa observa que a recente rebeldia dos australianos, e Thomas faz parte deste grupo, vai principalmente em direção a um antropólogo que fez da Austrália seu *campus* avançado.

Marisa chama atenção para a necessidade de se considerar no problema da teoria e pesquisa a questão das trajetórias individuais, mostrando que nem sempre bons etnógrafos são bons teóricos e vice-versa, o que a tradição teórica da Antropologia considera as diversas formas de combinar a tensão, sempre presente entre o particular/etnógrafo e o universal/teórico. Quando a tensão se perde, a obra empobrece. Malinowski, Turner e Geertz aparecem como exemplos de que “nem sempre antropólogos envelhecem bem”, o primeiro, por ter feito uma excelente etnografia e má teoria, o segundo, por ter perdido o aspecto universalista de sua obra, se tornou cético e irônico após ter produzido um trabalho que Marisa considera “pequena jóia”, que, possibilitou a proposta de uma teoria da religião vinculada à análise da experiência histórica do islamismo no Marrocos e na Indonésia, que não teria sido possível se o autor não houvesse realizado pesquisa de campo nesses países. Para a autora, isso ocorre porque o diálogo entre as teorias dos pesquisadores e a dos nativos desapareceu, o pesquisador agora sozinho voltou a ser apenas ocidental. Há, ainda, a referência a Leach, que aborda temas pós-modernos, mas adverte que antropólogos, conscientes ou não, man-

têm a diferença entre “nós” e “eles”. Para mostrar que esta não é uma circunstância obrigatória, Marisa lembra que Leach, do interior da tradição da disciplina, aborda temas caros à tradição pós-moderna, advertindo que os antropólogos ainda mantêm a diferença entre o “nós” e “eles”, notando o quanto seria excepcional se um antropólogo escrevesse uma monografia no formato de uma autobiografia.

Para fechar o capítulo, Marisa provocativamente elabora uma agenda de problemas sobre outras implicações da pesquisa de campo, destacando, entre outros aspectos: o impacto da pesquisa sobre o pesquisador, a renúncia da pesquisa logo depois de seu início, o que coloca dúvidas sobre a vocação, a conversão religiosa de antropólogos que, depois da pesquisa, aderem a crenças institucionalmente reconhecidas e, finalmente, verifica que há antropólogos que reconhecem que as etnografias – mais que os sistemas teóricos que elas suscitaram – são a verdadeira herança da antropologia.

Etnografias são freqüentemente alvo de reanálise, o que deve ser considerado como sinal de densidade do material etnográfico.

No terceiro capítulo, reafirmando a importância de se ter acesso às informações etnográficas, Marisa se utiliza do “banco etnográfico de Victor Turner e se propõe a uma releitura a partir de indícios que o próprio Turner forneceu, admitindo a viabilidade de se intensificar a análise do sistema simbólico entre os Ndembu. Tendo como objetivo central “refinar e mostrar a complexidade – senão refutar – as implicações da afirmação de Turner de que os rituais simbólicos constituem uma classe especial de símbolos. Eles são, por exemplo, não univocal, tendo apenas um único sentido, mas multivocal, i.e. suscetível de muitos sentidos.” (*Ritual symbols fall into a special class of symbols. They are, for example, not univocal, having only meaning, but multivocal i.e. susceptible of many meanings*).

Por conta disso, elabora uma releitura de Turner, indicando que aspectos que não foram desenvolvidos pelo autor são fundamentais para esclarecer as relações da simbologia Ndembu. Analisa o simbolismo das árvores nos rituais Ndembu, aceitando o desafio de combinar uma análise semântica com uma análise pragmática muitas vezes contrariando as abordagens do próprio Turner, mas considerando a visão dos nativos.

Depois de proceder a uma análise do significado das árvores, Ndembu chega a um sistema de representação e demonstra que o equívoco de Turner

foi o de propor que símbolos rituais não pudessem formar sistemas. Assim, depois de ter detectado o significado das árvores, parte para os significados contextuais que as árvores ocupam nos rituais. A autora esclarece os conceitos que permitiram uma combinação de uma análise semântica completa com uma análise pragmática, mostrando que a relação entre os Ndembu e seus ancestrais se apresenta como viva e em constante movimento.

Retomando a etnografia de Turner a autora analisa as seqüências dos rituais de aflição, acabando por concluir que são rituais de passagem, tal como pensava Turner, mas com uma diferença importante: Turner via os pacientes dos rituais como sujeitos da passagem; para ela, os espíritos é que são submetidos à transformação.

A seguir, passa a considerar os rituais de iniciação (ritual é um ato performativo, isto é, tem força persuasiva-convencional). Os aspectos referencial e indéxico ligam a ação ritual ao plano da cosmologia Ndembu quanto à estrutura sócio-política da sociedade. É aqui que a análise se encontra com a de Turner e a complementa, e o papel dos ancestrais se esclarece a partir dos rituais. Neste ponto, reconhecendo a competência de Turner, continua a análise mostrando que alguns dos aspectos não trabalhados por ele ajudam a esclarecer que os ritos constituem um ponto de encontro privilegiado entre vivos e mortos. Vivos e mortos constituem duas ordens distintas, mas em comunicação.

Marisa avança na análise de Turner sem desvirtuá-la, enfatizando o papel da matrilinearidade, concluindo que os princípios estruturais sociológicos são coerentes com a cosmologia Ndembu quando focalizam a relação entre vivos e mortos.

O quarto capítulo recebe o nome de “Artimanhas do Acaso” e é resultado de reflexões a propósito de uma série de entrevistas realizadas pela autora com o objetivo de esclarecer aspectos da trajetória de cientistas sociais brasileiros: Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. Aí, ela observa que em todos os depoimentos há uma preferência dos cientistas em atribuir ao acaso situações e momentos decisivos na carreira de cada um, em lugar de dar explicações mais amplas para os encontros, influências, convites. O acaso, assim, parece contrapor-se a qualquer explicação globalizante. Dessa forma, estariam tanto evitando explicações relativas a um destino pré-estabelecido, quanto a vontade individual.

Há, ainda, um posfácio, onde Marisa procura esclarecer impasses e questões levantadas nos ensaios anteriores e levanta pontos de reflexão a respeito do ensino da antropologia.

Aí, são tratadas questões como a impossibilidade de se ensinar, com regras definidas, como se faz pesquisa de campo; sabemos, hoje, que a pesquisa depende muito da biografia do pesquisado, das opções teóricas, do contexto sócio-histórico mais amplo e das situações imprevisíveis. Retoma novamente Evans-Pritchard, quando afirma que a simples capacidade intelectual e formação técnica não são suficientes para formar um bom antropólogo. “Entre a arte e ciência, defende que a antropologia é mais arte.(...) o antropólogo não é só um cotejador e o intérprete de fontes. É o criador delas.” Daí a história da antropologia estar vinculada tanto às obras dos cientistas quanto a suas trajetórias. Quanto ao ensino da antropologia em cursos introdutórios, mais do que a leitura das monografias clássicas, os estudantes aprendem um *ethos* para poder identificar a racionalidade do outro, o respeito à alteridade e a reconhecer o relativismo das sociedades e das ideologias, a ausência de distinção fundamental entre primitivos e modernos, a horizontalidade das práticas humanas, a afinidade entre ciência e magia, entre magia e religião, e entre religião e ciência. A antropologia é uma disciplina artesanal, interpretativa e microscópica, que liga o particular ao universal, desconstruindo as categorias abstratas da nossa sociedade.

Cada estudante de antropologia, uma vez tendo dominado os clássicos, em leitura no original, elege, de acordo com suas inclinações pessoais, certo elenco de autores, inserindo-se assim em uma linhagem teórica. É uma escolha individual, não pode ser ensinada. É uma liberdade de filiação controlada pelo conhecimento acumulado da disciplina.

Marisa discute, então, a questão do relativismo e vê na comparação vista a alavanca que faz ver a cultura alheia nos termos nativos, e, ao mesmo tempo, coloca em perspectiva a eles e a nós. No encontro radical entre as visões nativas e a teórico-ocidental, o etnógrafo e a própria teoria sociológica são postos à prova. Os mesmos tipos de recomendações sobre como lidar com a pesquisa antropológica também são dados com relação ao ensino da antropologia.

Reflete ainda sobre a história da antropologia, lembrando que a história não é apenas o passado perdido, mas inspiração para solucionar problemas

presentes, porque estes já foram enfrentados antes e nem todas as soluções devidamente aproveitadas. Neste contexto, Marisa retoma a questão da prática etnográfica em relação ao ensino da antropologia, denominando de história teórica os autores e monografias que se transformam em linhagem consagrada da disciplina – história teoricamente significativa, – que passa a ter legitimidade a partir do debate que incorpora todos os oponentes e, no processo de transmissão, os cursos de história/teoria ressaltam as diferentes maneiras de se conceber as conquistas teóricas. Assim, a história/teórica explica porque a leitura de alguns é considerada indispensável e a de outros não. Depois de sugerir autores que considera indispensáveis e recomendáveis, observa que a trajetória individual de cada autor deverá ser considerada de acordo com as configurações de sua época. Ainda acentua que a recuperação histórica deve dar atenção aos relatos que a geração nascida nos anos 20 vem produzindo na última década; são depoimentos pessoais que se transformam em dados históricos e etnográficos.

O livro termina com referências sobre o Brasil, mostrando os questionamentos pelos quais a antropologia passou, e ainda passa, considerada menos exigente que a sociologia. A autora procura unir diálogos no âmbito da antropologia e das ciências sociais brasileiras e de fora. No Brasil, a autora considera que a antropologia passa por momento privilegiado, uma vez que nossa gênese intelectual e institucional esteve vinculada ao projeto das “ciências sociais”, mas, historicamente, recorre ao secular vínculo com outras vertentes européias das chamadas “humanidades”. É um livro que questiona e confronta idéias.

Marisa retoma temas da rotina antropológica, e discute com uma roupagem instigante, numa linguagem agradável, produzindo interessante cruzamento de leituras e autores, arejando o debate a respeito da etnografia.

A leitura deste livro serve não apenas para discutir a pertinência das críticas que a etnografia tem sofrido, mas para esclarecer aspectos importantes da relação pesquisa/ teoria, tão raramente tratada pela antropologia.

